

Guilherme de Souza Nucci

Leis Penais e Processuais Penais Comentadas



9.^a edição
— revista, atualizada
e ampliada



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 8.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 01.10.2015

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N876L

Nucci, Guilherme de Souza

Leis penais e processuais penais comentadas / Guilherme de Souza Nucci. – 9. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2015.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-6253-1

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal. I. Título.

14-12194

CDU: 343.2(81)

ÍNDICE GERAL

Tábua de Abreviaturas	XIII
-----------------------------	------

Abuso de Autoridade

Lei 4.898, de 9 de dezembro de 1965 – Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade (arts. 1.º a 29).....	1
--	---

Atribuições da Polícia Federal

Lei 10.446, de 8 de maio de 2002 – Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1.º do art. 144 da Constituição (arts. 1.º e 2.º).....	49
--	----

Biossegurança

Lei 11.105, de 24 de março de 2005 – Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1.º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei 8.974, de 5 de janeiro de	
---	--

1995, e a Medida Provisória 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10 e 16 da Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências (arts. 24 a 29).....	57
Consumidor	
Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (arts. 61 a 80 e 119)	69
Contravenções Penais	
Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais (arts. 1.º a 72)	93
Crimes Eleitorais	
Lei 4.737, de 15 de Julho de 1965 – Institui o Código Eleitoral (arts. 283 a 364)	181
Lei 6.091, de 15 de agosto de 1974 – Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências (art. 11).....	242
Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9.º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências (art. 25).....	247
Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Estabelece normas para as eleições (arts. 33, 34, 35, 39, 40, 68, 72, 87 e 90)	249
Discriminação de Gravidez	
Lei 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências (arts. 1.º a 6.º)	259
Discriminação Racial	
Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (arts. 1.º a 22)	265
Drogas	
Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências (arts. 1.º a 91).....	305
Estatuto da Pessoa com Deficiência	
Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (arts. 1 a 91).	439

Hediondos

Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5.º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências (*arts. 1.º a 13*)..... 447

Idoso

Lei 10.741, de 1.º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (*arts. 1.º a 7.º; 93 a 109 e 118*) 475

Interceptação Telefônica

Lei 9.296, de 24 de julho de 1996 – Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5.º da Constituição Federal (*arts. 1.º a 12*) 507

Investigação Criminal Conduzida por Delegado de Polícia

Lei 12.830, de 20 de junho de 2013 – Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia (*arts. 1.º a 4.º*) 535

Lei Geral da Copa

Lei 12.663, de 5 de junho de 2012 – Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970 (*arts. 30 a 36*) 541

Licitações

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas de licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências (*arts. 81 a 108; 125 e 126*) 551

Locação de Imóveis Urbanos

Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes (*arts. 43 e 44*) 589

Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo

Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências (*arts. 1.º a 23*)..... 599

Proteção a Vítimas e Testemunhas (Delação Premiada)

Lei 9.807, de 13 de julho de 1999 – Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas,

institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal (arts. 1.º a 21).....	661
Segurança Nacional	
Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983 – Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.1-3 (arts. 1.º a 35).....	681
Sigilo Financeiro	
Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001 – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências (arts. 10 a 13)	721
Torcedor	
Lei 12.299, de 27 de julho de 2010 – Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências (arts. 1.º, 2.º e 4.º; 41-B a 41-G da Lei 10.671/2003; 5.º e 6.º).....	731
Transplantes	
Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências (arts. 14 a 20).....	749
Violência Doméstica	
Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8.º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (arts. 1.º a 46).....	775
Referências Bibliográficas	813
Índice Remissivo	823
Obras do Autor	835

Guilherme de Souza Nucci

Leis Penais e Processuais Penais Comentadas

vol. 2

9.^a edição
revista, atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2016 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 8.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
- Fechamento desta edição: 02.12.2015
- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N876L

Nucci, Guilherme de Souza

Leis penais e processuais penais comentadas / Guilherme de Souza Nucci. – 9. ed. rev., atual. e ampl. – vol. 2 – Rio de Janeiro : Forense, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-6251-7

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal. I. Título.

14-12201

CDU: 343.2(81)

ÍNDICE GERAL

Tábua de Abreviaturas	XI
Armas	
Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 37</i>)	1
Colegiado em Organização Criminosa	
Lei 12.694, de 24 de julho de 2012 – Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas (...) e dá outras providências (<i>arts. 1.º, 2.º e 10</i>)	53
Computador	
Lei 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências (<i>arts. 12 a 16</i>)	63

Criança e Adolescente

Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências (arts. 1.º e 2.º; 225 a 244; 262 e 263; 266 e 267) 69

Estrangeiro

Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980 – Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências (arts. 1.º a 3.º; 27; 57 a 94; 125 a 128; 140 e 141) 125

Execução Penal

Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Institui a Lei de Execução Penal (arts. 1.º a 204) 157

Falência

Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (arts. 1.º a 4.º; 168 a 188; 192; 200 e 201) 379

Genocídio

Lei 2.889, de 1.º de outubro de 1956 – Define e pune o crime de genocídio (arts. 1.º a 7.º) 417

Identificação Criminal

Lei 12.037, de 1.º de outubro de 2009 – Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5.º, inciso LVIII, da Constituição Federal (arts. 1.º a 9.º) 431

Índio

Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Dispõe sobre o Estatuto do Índio (arts. 56 a 59 e 68) 443

Juizados Especiais Criminais – JECRIM

Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (arts. 1.º e 2.º; 60 a 97) 455

Lavagem de Capitais

Lei 9.613, de 3 de março de 1998 – Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências (arts. 1.º a 18) 517

Meio Ambiente

Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (arts. 1.º a 82)	551
---	-----

Organização Criminosa

Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013 – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências (arts. 1.º a 23 e 27)	683
---	-----

Prisão Temporária

Lei 7.960, de 21 de dezembro de 1989 – Dispõe sobre prisão temporária (arts. 1.º a 7.º)	745
---	-----

Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores

Decreto-lei 201, de 27 de fevereiro de 1967 – Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências (arts. 1.º a 9.º).....	763
---	-----

Serviços de Telecomunicações

Lei 9.472, de 16 de julho de 1997 – Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n. 8, de 1995 (arts. 183 a 185)	789
--	-----

Sistema Financeiro

Lei 7.492, de 16 de junho de 1986 – Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências (arts. 1.º a 35)	799
---	-----

Tortura

Lei 9.455, de 7 de abril de 1997 – Define os crimes de tortura e dá outras providências (arts. 1.º a 4.º)	855
---	-----

Trânsito

Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro (arts. 291 a 312; 340 e 341)	871
--	-----

Referências Bibliográficas	913
----------------------------------	-----

Índice Remissivo	925
------------------------	-----

Obras do Autor	941
----------------------	-----